

Estudo Técnico Preliminar 07/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64671.006389/2025-43

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-RJ, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013

2. Descrição da necessidade

2.1 O objetivo deste estudo é a análise da viabilidade e levantamento dos elementos essenciais para a contratação de empresa para a prestação de serviços a serem executadas nas instalações sob administração do 2º Regimento de Cavalaria de Guarda.

- A sede do 2º Regimento de Cavalaria de Guarda - 2º RCG;
- Centro Nacional de Hipismo (instalações que sediaram Olimpíadas e Pan Americano) ambos na Vila Militar;
- Centro Hípico-RJ em São Cristóvão;
- Hotel de Trânsito e Seção de Polo;
- Além dos diversos PNRs - Próprio Nacional Residencial (unidades habitacionais funcionais)

2.2. A sede do 2º Regimento de Cavalaria de Guarda - 2º RCG construído no início do século (inicialmente com a construção da Vila Militar, com origem em 1904) é composto de imóveis administrativos localizados na Vila Militar em Deodoro - RJ, também por dependências citadas no subitem anterior incluindo, por imóveis residenciais em diversas áreas do Rio de Janeiro (Residência de Oficial e Praças, PNR, imóveis funcionais).



2º Regimento de Cavalaria de Guarda – 2º RCG.

2.3. Em virtude dos imóveis já terem aproximadamente de 100 anos, muitos deles já apresentam desgastes recorrentes e imprevisíveis, o que os torna suscetíveis a constantes e imediatas intervenções de serviços de engenharia.

2.4. O total das áreas administradas pelo 2º RCG, suscetível a receber os serviços de engenharia sob demanda objeto da contratação ora em avaliação corresponde a aproximadamente de 298.946,67 m², conforme levantamento realizado pelas equipes técnicas da Seção de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente - SPIMA.

Natureza do Imóvel	Descrição	Área (metros quadrados - m²)
Administrativa	2º Regimento de Cavalaria de Guarda - 2º RCG	59.464,28 m²
	Centro Nacional de Hipismo	99.667,09 m²
	Centro Hípico-RJ	11.222,18 m²
	Hotel de Trânsito e Seção e Polo	98.623,12 m²
Residencial	PNRs (Oficiais e Praças)	29.970,00 m² (aproximadamente)

2.5. Os imóveis funcionais (PNR) correspondem aos apartamentos e casas sob responsabilidade do 2º RCG, localizados em diversas regiões de Rio de Janeiro/RJ. Estes imóveis de uso especial objetivam atender às necessidades de ocupações associadas aos atos de livre nomeação de militares que servem neste Regimento. Garantir a sua conservação é essencial para assegurar que estejam em condições adequadas de uso por parte dos seus militares.

2.6. Os serviços de engenharia por demanda objeto da presente contratação a serem executados tanto nos imóveis administrativos como funcionais incluem pequenos reparos, adequações ou adaptações de ambientes, não se caracterizam como reforma ou construção. Correspondem a serviços padronizados em instalações elétricas e hidrossanitárias, reparos ou substituições de telhados ou realização de impermeabilização em coberturas, calhas e rufos, pintura de paredes e outros serviços, com fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução.

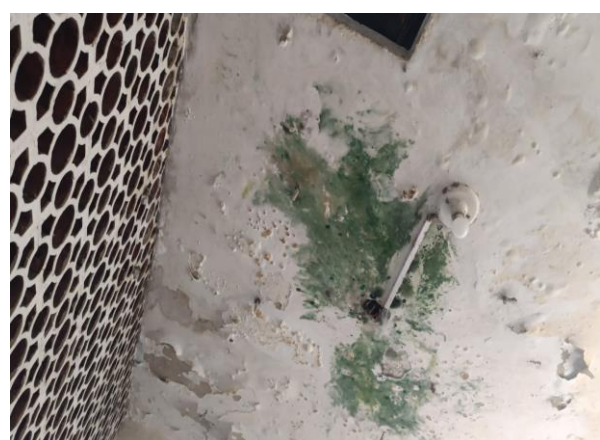
2.7. Os serviços a serem contratados são serviços de engenharia nos termos definidos do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e têm como características fundamentais não alterar ou promover alterações significativas nas edificações. Logo, não irão alterar a natureza e não acarretarão em alteração substancial das características originais. Eles são definidos por meio de especificações usuais no mercado e serão executados em período de tempo pré-definido em cronograma de tempo curto ou de médio a serem definidos nos documentos técnicos que acompanharão a(s) ordem(s) de serviço de cada acionamento, quando identificada a demanda pela equipe técnica do Fiscal Administrativo do 2º RCG, com apoio do 5º Grupamento de Engenharia.

2.8. Sobre este ponto, cabe destacar o entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que “a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico” (Acórdão nº 2.806 /2014 – 1ª Câmara).

Exemplos de serviços emergenciais

2.8.1. A título exemplificativo, alguns serviços comuns de engenharia objeto da presente contratação são facilmente caracterizados como serviços emergenciais:

- Danos físicos que possam comprometer a integridade das edificações;
- Infiltrações em lajes e telhados;
- Problemas decorrentes de fatores naturais como chuva e vento;
- Vazamentos significativos em locais diversos (tubulação, caixa d'água, telhado, aparelho sanitário, etc);
- Interrupção no fornecimento de energia em pontos de consumo;
- Substituição de circuitos elétricos, tomadas, interruptores, luminárias e disjuntores danificados que, pela sua funcionalidade, demandem conserto imediato;
- Verificação de prováveis curtos-circuitos ou outras falhas de instalação elétrica, com respectivo conserto;
- Interrupção no fornecimento de água, com verificação das instalações hidráulicas e respectivo conserto;
- Outras tarefas relevantes e que justifiquem o conserto imediato.





2.8.2. A Segundo a norma ABNT NBR 5674/2012 é inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando os requisitos de desempenho atingem níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15.575/2013 (Desempenho de edificações habitacionais). Isto exige que a segurança e a qualidade de vida dos usuários sejam levadas em conta tão logo as edificações sejam colocadas em uso, sendo intervenções de engenharia essenciais para garantir os níveis de desempenho ao longo de sua vida útil projetada. Suprir a necessidade de intervenções antecipadas, constantes e imediatas para garantir a perfeita conservação e utilização dos imóveis e instalações e proporcionando melhores condições de utilização e conforto aos usuários e aos servidores trata-se de uma das atribuições da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República.

Serviços comuns de engenharia, materiais e insumos previstos na tabela SINAPI

2.9. Como já destacado acima, a presente contratação diz respeito a serviços de engenharia padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

2.10. Os quantitativos, locais, forma e tipos de serviços que poderão ser executados serão definidos em cada hipótese específica de acionamento, isto é, em cada ordem de serviço a ser emitida, considerando que o fornecimento de material e mão-de-obra deverá ser baseados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Essa uniformidade facilita a transparência e a equidade no processo licitatório. No anexo I do presente Estudo Técnico Preliminar, juntou-se a tabela SINAPI referente ao mês de Março de 2025 como forma de exemplificar as composições e completude de itens que poderão de acionados no âmbito da presente contratação.

2.11. A legislação atinente as licitações já estipula expressamente o uso da Tabela SINAPI para tais serviços. Ela é elaborada pelo governo federal em parceria com os estados e municípios, o que confere uma credibilidade e confiabilidade. Esta abordagem garante a precisão e a transparência dos orçamentos, promovendo a conformidade das contratações com a legislação vigente e estimulando boas práticas de governança e gestão nas organizações públicas.

2.12. Excepcionalmente, devido as características de certas edificações existentes no 2º RCG, especialmente aquelas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no acionamento pela ordem de serviço, poderão ser previstas situações particulares.

2.13. O Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 também estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência dos serviços de engenharia a serem contratados e executados pela Administração Pública Federal. No caso de orçamentos estimado, sintético, detalhado ou analítico, nas composições dos preços utilizados para sua formação devem ser adotadas as produtividades e os consumos utilizados pelos sistemas referenciais oficiais de custos. Todavia, a execução de serviços de engenharia em prédios históricos ou tombados, nem sempre estará contemplada na Tabela SINAPI. Logo, para tais excepcionalidades, o Decreto nº 7.983 traz expressamente nos seus artigos 6º e 8º as seguintes disposições:

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

(...)

Art. 8º Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

Parágrafo único. Os custos unitários de referência da administração pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

Necessidade de Compatibilização com o Plano Anual de Contratações (PCA-2026) da Presidência da República

2.14. Salienta-se que os serviços a serem contratados devem manter compatibilidade com a previsão existente no Plano de Contratação Anual 2025 - PCA/2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000262/2026

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025

III) Id do item no PCA: 163

IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

V) Identificador da Futura Contratação: 160270-55/2025 e 57/2025 está prevista no Plano de Contratação Anual.

2.15. Por fim, frisa-se que a presente contratação é de grande importância e urgência de modo que seja possível ainda a contratação e a realização dos serviços de engenharia ainda no 1º semestre de 2025, uma vez que, como já indicado acima há áreas críticas tanto em prédios administrativos como nas residências oficiais da Presidência da República.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Material	THIAGO SOUZA DOS SANTOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Por se tratar de serviços que visam a assegurar a disponibilidade e confiabilidade dos prédios administrativos e das residências oficiais que integram o 2º Regimento de Cavalaria de Guarda - 2º RCG onde os militares exercem suas atividades cotidianas, necessário é que a execução dos

serviços seja realizada com:

4.1.1 qualidade tanto em relação aos materiais, peças e equipamentos a serem empregados;

4.1.2. qualificação profissional, observando as normas técnicas e trabalhistas vigentes e documentos complementares;

4.1.3. atendimento das necessidades indicadas nos documentos técnicos mencionados no art. 18, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 como:

4.1.3.1. projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

4.1.3.2 projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021); se for o caso

4.1.4. observância de especificações, dos valores e prazos estipulados no(a):

4.1.4.1 caderno de especificações;

4.1.4.2. planilha de orçamento estimado, sintético, detalhado ou analítico, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

4.1.4.3. cronograma físico-financeiro;

4.1.4.4. normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

4.1.4.5. resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

4.1.4.6. outros normativos legais aplicáveis a execução de serviços de engenharia.

4.2. Os serviços de engenharia a serem executados, como soluções para os problemas a serem indicados nas ordens de serviço de acionamento, deverão levar em consideração a diversidade de tipo de estruturas, as suas localizações e situações topográficas e, principalmente, os graus de relevância histórico-culturais das edificações, como por exemplo, tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

4.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a empresa contratada cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

Requisitos Específicos

4.4. Frente a definição prevista no art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por força de lei, a empresa deverá comprovar estar devidamente registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou no Conselho Regional de Engenharia - CREA para participar do certame e durante todo o período de vigência da contratação.

4.5. A empresa contratada também deverá comprovar que possui em seu quadro profissionais com qualificação compatível com os serviços de engenharia a serem contratados, uma vez que os serviços são privativos das profissões de arquitetura, engenharia ou técnico especializado.

Qualificação Técnica

4.6. Assim, na data prevista para entrega da proposta, para a comprovação da capacidade técnica serão exigidos:

Qualificação Técnico-Operacional

4.7. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

4.7.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Contrato, em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à empresa licitante como executora dos serviços, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços de engenharia pertinentes e compatíveis em características com:

4.7.1.1. Serviços executados em edificação residencial ou não residencial, em área igual ou superior a 3.000 m² ou de no mínimo de R\$ 9.500,00 (correspondente a 1% da área total de indicado no tópico 2 - Descrição da necessidade do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência), nas seguintes áreas:

- Serviços de cobertura (telhados ou lajes);
- Serviços elétricos, inclusive instalação de redes elétricas prediais;
- Serviços hidrossanitários, inclusive instalações prediais;
- Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos listados anteriormente.

4.7.2. Como os acionamentos por ordem de serviço consistirão no fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, levando-se em conta os valores da Tabela SINAPI-RJ, a parcela de maior relevância e valor significativo estabelecida acima como requisito de qualificação técnica da licitação é compatível com o disposto no art. 67, §1º e 2º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que está sendo apurada com base no somatório das áreas de 298.946,67 m², indicado no tópico 2 - Descrição da necessidade do Estudo Técnico Preliminar. Corresponde ao mínimo a ser exigido dos licitantes para demonstrar capacidade de satisfazer a necessidade pública correlata ao objeto da contratação. Frisa-se que também que foram observadas as disposições do Acórdão TCU nº 1.153/2024 – Plenário para o estabelecimento dos requisitos acima.

4.7.3. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada por meio do somatório de atestados de execução de serviços concomitantes.

4.7.4. Caso a área técnica entenda necessário, a empresa licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, projetos e planilhas orçamentárias que deram suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência durante a realização do certame.

Normas e Dispositivos Legais relacionados à Execução dos Serviços de Engenharia

4.9 Os serviços acionados por ordem de serviço serão executados sob demanda, de forma não contínua e sem dedicação de mão de obra exclusiva obedecendo rigorosamente às instruções contidas nas especificações constantes neste instrumento e na respectiva documentação técnica anexa à ordem de serviço, bem como à legislação vigente, determinações de órgãos fiscalizadores e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme relação exemplificativa abaixo.

4.9.1. Disposições legais federais e distritais;

- 4.9.2. Disposições legais e normas do Corpo de Bombeiros Militar do Rio de Janeiro;
- 4.9.3. Recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, a serem observadas na execução dos serviços específicos;
- 4.9.4. Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e suas regulamentações;
- 4.9.5. Disposições do Manual de Obras Públicas – Edificações - Práticas SEAPE – Manutenção;
- 4.9.6. Disposições da Resolução CONFEA n. 425 de 1998;
- 4.9.7. As diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a serem observadas na execução dos serviços específicos.
- 4.9.8. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas acima;
- 4.9.9. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos, insumos e materiais a serem empregados na execução dos serviços.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

4.11. Considera-se oportuno trazer à baila os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União, em observância ao Parecer nº 01/2021/CNA/CGU/AGU, também na Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional. Especificamente sobre os critérios em questão, é oportuno reproduzir o teor dos artigos 2º e 5º da Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

(...)

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima

da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.12. Também deverão ser observados os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União):

4.12.1. Considerando a gestão de resíduos, conforme previsto no item 8.1 (páginas 54 e 55) e, como a execução de serviços de engenharia geram resíduos e rejeitos, na documentação técnica que acompanhará cada ordem de serviço constarão medidas para a minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental que deverão ser observadas pela empresa contratada;

4.12.2. Na hipótese da execução de serviços que envolvam a substituição de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e, de luz mista, conforme páginas 181 a 187, somente serão admitidas a instalação de:

4.12.2.1. lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 17, de 14 de janeiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC do produtor que trata da etiquetagem compulsória; ou

4.12.2.2. lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 69, de 16 de fevereiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.12.3. Em relação ao uso de pilhas e baterias durante a execução dos serviços, conforme páginas 214 a 220, tem-se:

4.12.3.1. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.12.3.2. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.

4.12.4. Em havendo o uso de produtos ou subprodutos florestais, segundo páginas 221 a 230, a empresa contratada deverá:

4.12.4.1. utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; florestas plantadas; e outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.12.4.2. comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;

b.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

c) Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.

c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

d) Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.

Programa de Resíduos da Construção Civil

4.13. A empresa licitante vencedora deverá, com base no art. 45 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, também conforme estipulado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especificamente na página 55 e nas páginas 201 a 205, observar as normas relativas aos resíduos sólidos gerados pela execução dos serviços de engenharia, especialmente as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

4.14. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.15. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a empresa licitante vencedora deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.15.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a áreas de aterros de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.15.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.15.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

4.15.4. Resíduos Classe D (aqueles perigosos oriundos do processo de construção ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.16. Em nenhuma hipótese a empresa licitante vencedora poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.17. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a empresa licitante vencedora comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.17.1. NBR 11174: Armazenamento de resíduos classes (não inertes) e III (inertes)

4.17.2. NBR 12235: Armazenamento de resíduos sólidos perigosos

4.17.3. NBR 15112: Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de Transbordo e Triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.17.4. NBR 15113: Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.17.5. NBR 15114: Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.17.6. NBR 15115: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Execução de camadas de pavimentação - Procedimentos

4.17.7. NBR 15116: Agregados reciclados para uso em argamassas e concretos de cimento Portland - Requisitos e métodos de ensaios;

4.18. Considerando as disposições do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especificamente no tocante as páginas 181 a 187, a empresa contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 14 do Decreto nº 10.936/2022, e legislação correlata.

4.19. Ainda com base nas páginas 247 a 250 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), como as empresas de construção civil e de prestação de serviços de engenharia estão sujeitas à elaboração de plano de

gerenciamento de resíduos sólidos, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.20. Caso a empresa contratada se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente deverá constar expressamente e de forma detalhada no plano de gerenciamento de resíduos sólidos a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, com a designação do responsável técnico devidamente habilitado.

4.21. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.21.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.21.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.21.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

4.25.5. outras formas vedadas pelo poder público

4.22. No que tange a gestão de resíduos perigosos, conforme páginas 251 a 255 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da execução dos serviços atinentes à presente contratação, deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, especialmente em relação a:

4.22.1. estar a empresa contratada regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.22.2. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.22.3. possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.23. A empresa contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

4.23.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

4.23.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.23.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.24. Caberá, ainda, à empresa contratada, a adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente, observando o

disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, respondendo diretamente, independentemente de culpa, perante os órgãos e representantes do Poder Público, por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, sócios, não-sócios, prestadores de serviços, prepostos e/ou subcontratados.

4.25. Também cabe à empresa contratada utilizar produtos, equipamentos e empregando técnicas de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela execução dos serviços sem excluir a sua responsabilidade, se for o caso, pela mitigação ou adoção de condicionantes e compensação ambiental.

Requisitos de Acessibilidade

4.26. Durante a execução dos serviços acionados por ordem de serviço, a empresa contratada deverá atentar para os requisitos de acessibilidade, possibilitando que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, frequentem os espaços e prédios públicos e possam usar de forma segura e autônoma ou seus equipamentos e instalações, em atendimento as disposições da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e, também do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especialmente no tocante às páginas 56 e 57 e, também, páginas 101 e 102.

4.27. Durante a execução dos serviços a empresa contratada deverá possibilitar que as edificações se tornem acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, considerando :

4.31.1 se a execução do(s) serviço(s) acionado pela ordem de serviço está(ão) de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

4.31.2. se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Autorizações e/ou licenças de caráter ambiental e de proteção do patrimônio histórico ou cultural

4.28. Quando necessário, caberá a empresa licitante vencedora providenciar e arcar com os custos de licenças, taxas, alvarás e outras exigências legais de caráter ambiental, de proteção do patrimônio histórico ou cultural, observando as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial o art. 45, inciso V.

4.29. A avaliação do impacto sobre o patrimônio histórico e cultural, após o acionamento da respectiva ordem de serviço para a execução dos serviços, caso necessário, ocorrerá juntamente com o procedimento de licenciamento ambiental, quando deverão ser avaliadas possíveis interferências de influência direta dos serviços sobre os bens históricos e culturais, para que possa reduzir os potenciais impactos.

Regime de Execução dos Serviços de Engenharia

4.30. Os quantitativos de serviços, materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, serão baseados na Tabela SINAPI-RJ, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

4.31. A execução dos serviços de engenharia da presente contratação será pelo regime de empreitada por preço unitário, uma vez que as particularidades dos prédios históricos e/ou

tombados do 2º RCG não possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos exatos quantitativos e materiais a serem empregados na execução dos serviços.

Vistoria Após Acionamento da Ordem de Serviço

4.32. Após a homologação do certame, sempre que houver o acionamento por meio de ordem de serviço, a empresa licitante vencedora deverá vistoriar o local de execução dos serviços de engenharia previamente ao início das atividades, visando, em conjunto com as equipes técnicas do 2º RCG, certificar os quantitativos e serviços a serem executados.

4.33. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do(s) local(is) da prestação do(s) serviço(s) acionado, devendo a empresa contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.34. Com vistas a proteger o interesse da administração na fase de execução dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada os levantamentos e a quantificação dos materiais e serviços necessários à execução dos serviços de engenharia após o acionamento pela respectiva ordem de serviço e da realização da vistoria técnica após o acionamento no(s) local(s) do(s) serviço(s).

Adesão à Ata de Registro de Preços

4.35. Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes visando auxiliar outros órgão da Administração Pública que sempre demandam deste tipo de serviço.

4.36. Porém o setor de contratações não dispõe de recursos humanos suficientes para gerenciar os procedimentos de Intenção de Registro e Preço – IRP devido a sua capacidade de gerenciamento, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462, de 31 de março de 2023.

Garantia da Contratação

4.37. Não será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devido à impossibilidade de precisar qual montante será efetivamente contratado, pois trata-se de Pregão SRP, onde poderá ser efeturado diversos Empenhos feitos por demanda.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.38. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 90 (noventa) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.39. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.40. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Levantamento de Mercado

Análise comparativa de práticas e/ou soluções para a necessidade

5.1. A contratação desses serviços por execução indireta justifica-se em razão de que os serviços

demandados tratam de atividades acessórias ou complementares de competência legal do Exército Brasileiro, e não se enquadram em atividades inerentes às diferentes categorias militares, uma vez que não há quadro específico para este serviço vinculado a este Regimento.

5.2. Cumpre evidenciar também que os serviços a serem contratados encontram-se no rol de atividades elencadas na Portaria nº 443/2018 MPOG, a qual estabelece que os serviços devem ser preferencialmente objeto de execução indireta:

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis".

5.3. Registra-se ainda que a necessidade de prestação de serviços comuns de engenharia no âmbito do 2º RCG pode ser atendida por diversas empresas do segmento no país. Os serviços não demandam de especializações incomuns e os preços de referência estão definidos pela Tabela SINAPI. O mercado é historicamente consolidado e tem plenas condições de atender a necessidade de contratação..

5.4. Dessa forma, buscou-se informações em processos licitatórios de outros órgãos que também realizaram a contratação de serviços de engenharia. Durante o levantamento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos segundo os artigos 54 e 94 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando as contratações por serviços comuns de engenharia tanto do ano de 2024 quanto do início de 2025.

5.5. Após uma análise das contratações, foram identificadas 7 (sete) contratações similares àquela que o 2º RCG pretende realizar, segundo tabela abaixo:

Dados da UASG /Órgão	Descrição	ID PNCP	Valor da Contratação
153036-UNIV. FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Objeto: Formação de Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia especializada para, sob demanda, prestar serviços de manutenção, reparo e adequações da infraestrutura física da UFVJM, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos na Tabela SINAPI/MG , subsidiariamente nas Tabelas da SICRO e SEINFRA.	Edital nº 90039/2024 Id contratação PNCP: 16888315000157-1-000076/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28/11/2024 Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI Local: Diamantina/MG	R\$ 6.038.553,00
	Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa	Edital nº	

160086 – GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO MEX- DF	especializada, para sob demanda, executar serviços comuns de engenharia inerentes a manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, para atender às Necessidades do Gabinete do Comandante do Exército.	<p>90009/2024 Id</p> <p>contratação PNCP: 00394452000103-1-017811/2024</p> <p>Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico</p> <p>Última Atualização: 10/10/2024</p> <p>Órgão: COMANDO DO EXERCITO</p> <p>Local: Brasília/DF</p>	R\$ 3.999.893,00
193108-IBAMA EM GOIÁS	Objeto: Contratação de licitação por meio de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, adaptação, reparação e/ou revitalização de infraestruturas de bens imóveis a se realizar nos prédios públicos do IBAMA no estado de Goiás.	<p>Edital nº</p> <p>90003/2024 Id</p> <p>contratação PNCP: 03659166001931-1-000345/2024</p> <p>Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico</p> <p>Última Atualização: 14/11/2024</p> <p>Órgão: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA</p> <p>Local: Goiânia/GO</p>	R\$ 2.775.662,50
533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIM ENTO DA AMAZONIA	Objeto: Registro de preço para futura contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas) e, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI.	<p>Edital nº</p> <p>90007/2024 Id</p> <p>contratação PNCP: 09203665000177-1-000028/2024</p> <p>Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico</p> <p>Última Atualização: 27/11/2024</p> <p>Órgão: SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM</p> <p>Local: Belém/PA</p>	R\$ 82.637.657,50
740015	Objeto: Registro de Preços para contratação de serviço comum de engenharia, sob demanda, inerente à manutenção e reparo dos edifícios e infraestruturas que compõem o	<p>Edital nº</p> <p>90003/2025 Id</p> <p>contratação PNCP:</p>	

MARINHA DO BRASIL - BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS	Complexo Naval da Ilha das Cobras (CNIC).	00394502000144-1-000442/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28/01/2025 Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ	R\$ 10.399.996,86
110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Objeto: Contratação de serviços de engenharia, constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI - DF, sob demanda, com fornecimento de materiais e mão de obra por meio do Sistema de Registros de Preços	Edital nº 90005/2024 Id contratação PNCP: 00394411000109-1-000034/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 29/02/2024 Órgão: PRESIDENCIA DA REPUBLICA Local: Brasília/DF	R\$ 20.000.000,00
170011 - SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO	Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de engenharia, contínuos, de MANUTENÇÃO PREDIAL, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, SOB DEMANDA, de forma preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), para os imóveis sob responsabilidade da SPU no Distrito Federal (DF).	Edital nº 90007/2025 Id contratação PNCP: 00489828000155-1-000120/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 25/03/2025 Órgão: MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS Local: Brasília/DF	R\$ 1.079.045,00

Modalidade de processo licitatório a ser adotado

5.6. Considerando o disposto no art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, buscou-se avaliar como se dará o processo licitatório em questão frente ao que ocorre nos demais órgãos públicos.

5.7. A primeira opção seria a adesão a ata de registro de preço vigente e com demonstrada vantagem para a Administração, por meio de pesquisa de preço.

5.8. Constatou-se que não havia opções que atendessem adequadamente às demandas do o 2º RCG já elencadas no tópico 2 (Descrição da necessidade) deste estudo. As Atas de Registro de Preço - ARP não abrangiam todos os serviços necessários conforme as especificações exigidas para as intervenções a serem realizadas. Além disso, algumas ARPs não aceitam a adesão.

5.9. A segunda opção para atendimento da necessidade seria através da busca de alguma

Intenção de Registro de Preço - IRP aberta no Sistema SIASgnet (sistema de compras do governo), de forma que o 2º RCG pudesse através da citada ferramenta, analisar se algum outro órgão da esfera do Poder Executivo Federal, estaria realizando aquisição desse mesmo objeto. Nessa situação, economizar-se-ia parte da fase interna já supostamente já teria sido realizada pelo outro órgão gerenciador como, por exemplo, pesquisa de preço, estudo técnico preliminar, termo de referência e dentre outros documentos. Ocorre que não foram verificadas intenções de registro de preços que pudesse atender a demanda da Presidência da República em tempo hábil frente a necessidade.

5.10. A terceira e última opção se constitui na realização de processo licitatório próprio para a aquisição dos serviços almejados.

5.11. Conforme disposto no art. 75, caput, inciso I c/c art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o previsto no Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, não é possível realizar a presente aquisição pela modalidade de dispensa, uma vez que o valor máximo de aquisições em que é possível a dispensa é de R\$ 125.451,15.

5.12. Durante o levantamento, foi constatado que alguns órgãos da Administração Pública Federal optam por contratações com escopo de serviços já delimitado (concorrência), enquanto outros adotam o sistema de registro de preços.

5.13. Considerou-se também a possibilidade de destrinchar a contratação em várias licitações específicas, isto é, em concorrência. No entanto, essa abordagem foi avaliada como desvantajosa. A divisão dos serviços em múltiplas licitações resultaria em um aumento significativo de processos licitatórios e de fiscalização, aumentando o custo processual e dificultando o gerenciamento das diversas contratações e potencializando o risco de descoordenação e atrasos na execução dos serviços.

5.14. Diante disso, a elaboração de uma Ata de Registro de Preços própria do 2º RCG foi considerada a alternativa mais viável. Essa estratégia permitirá a realização de uma única licitação, que servirá como base para várias contratações futuras, de acordo com a demanda específica da instituição. Essa abordagem não apenas facilita o gerenciamento e a execução dos serviços, mas também assegura uma maior agilidade na resposta às necessidades emergenciais, garantindo que os serviços sejam realizados de forma integrada e eficiente.

5.15. Ao centralizar os serviços em uma única Ata de Registro de Preços - ARP, o 2º RCG poderá negociar condições mais favoráveis e obter descontos mais significativos, aproveitando a economia de escala e a eficiência operacional.

5.16. A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP encontra respaldo nos art. 78 e 85 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, estabelece que o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV – quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º

do art. 32; ou

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II – necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

5.17. As características do objeto da presente contratação se enquadram nas hipóteses citadas nos incisos acima.

5.18. Como citado no tópico “Descrição da Necessidade” deste estudo, tendo em vista a idade avançada, o ambiente desfavorável em que elas estão inseridas e o uso constante para fins administrativos e residenciais, as infraestruturas necessitam, constantemente, de intervenções e manutenções que surgem, por vezes, de forma aleatória e imprevisíveis. Assim sendo, haveria a necessidade de contratações frequentes o que pode ser evitado com a existência de uma Ata de Registro de Preço que possibilite o acionamento por ordem de serviço, como se pretende realizar com a presente contratação.

5.19. A necessidade de manutenção e conservação dos bens imóveis da União é comum a diversos órgãos da Administração Pública. Conforme pesquisa de mercado e contratações realizadas por outros órgãos da Administração, é possível constatar que há demanda semelhante, conforme levantamento apontado na tabela acima junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

5.20. Com relação ao atendimento dos requisitos citados no parágrafo único do art. 3º para “contratação de execução de obras e serviços de engenharia”: O objeto foi classificado como serviço comum de engenharia, pois, a execução dos serviços têm características padronizadas e amplamente reconhecidas dentro do mercado da engenharia.

5.21. Os serviços a serem demandados não exigem conhecimento técnico de grandes complexidades ou especialização significativa, sendo passíveis de serem executados por profissionais devidamente habilitados da engenharia, sem a necessidade de conhecimentos ou técnicas específicas. Assim, o objeto deve ser licitado na modalidade pregão, tendo em vista característica de serviço comum de engenharia.

5.22. De acordo com o art. 29, caput e parágrafo único da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, o pregão é modalidade de licitação obrigatória para, no caso em tela, realizar o registro de preço para contratação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços.

Critério de Julgamento

5.23. Em sendo o pregão a modalidade obrigatória a ser adotada na presente contratação tem-se que, por conseguinte, o critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

5.24. Da mesma forma que o menor preço, o maior desconto também é um critério de julgamento previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024. Este leva em consideração o menor dispêndio para a Administração Pública, uma vez que estarão incluídos os custos indiretos objetivamente mensuráveis. Entretanto, na contratação que se pretende realizar, a proposta vencedora será

aquela que oferecer o maior desconto em relação ao preço de referência do instrumento convocatório, margem (desconto) que deve ser estendida aos eventuais termos aditivos.

5.25. O desconto a ser ofertada pela empresa licitante deverá incidir linearmente sobre todos os custos da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) – Distrito Federal. A possibilidade de uso do critério maior desconto aplicado sobre a tabela de preços é uma prática comum no mercado, especialmente quando se adota o sistema de registro de preço nas contratações dos órgãos da Administração Pública, além de estar prevista no art. 82, inciso V da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024.

5.26. O desconto linear sobre todos os itens traz vantagem e segurança à Administração, principalmente quando houver efetivação de aditivos contratuais. Esse critério visa afastar possibilidade de uso de “jogo de planilha”, diminuindo a margem para qualquer manipulação (a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária).

5.27. Ainda sobre a adoção do maior desconto como critério de julgamento, é importante destacar manifestação do TCU em documento no qual cita as vantagens do maior desconto: 5ª edição das Orientações e Jurisprudências do TCU – LICITAÇÕES E CONTRATOS, na página 170 que diz: “A principal vantagem do critério de julgamento pelo maior desconto é que ele evita o jogo de planilha e o jogo de cronograma. Além disso, proporciona celeridade ao processamento da licitação, pois torna mais simples as análises de exequibilidade e economicidade das propostas.”

5.28. O desconto percentual deverá conter duas casas decimais, e já deverão estar previstas e inclusas todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes ao escopo desta contratação.

Utilização da Tabela SINAPI

5.29. Ao se utilizar como referência percentual de desconto linear praticado sobre toda a tabela SINAPI, entende-se que, devido sua confiabilidade, ampla utilização e aceitação na administração pública, se estará dando maior segurança jurídica tanto para a Presidência da República, como também, para a empresa a ser contratada.

5.30. As tabelas SINAPI são atualizadas regularmente e refletem os preços médios praticados no mercado de construção civil, o que permite a padronização dos preços dos serviços em cada região do país. Essa uniformidade facilita a transparência e a equidade no processo licitatório. Além disso, as tabelas SINAPI são elaboradas pelo governo federal em parceria com os estados e municípios, o que confere a elas uma credibilidade e confiabilidade reconhecidas, reduzindo o risco de distorções nos preços estimados.

5.31. A utilização da tabela SINAPI como parâmetro para a pesquisa de mercado garante que os valores utilizados nos orçamentos sejam representativos do mercado atual. No anexo I do presente Estudo Técnico Preliminar, juntou-se a tabela SINAPI referente ao mês de Março de 2025 como forma de exemplificar as composições e completude de itens que poderão de acionados no âmbito da presente contratação.

5.32. A prática de utilizar a tabela SINAPI como parâmetro para a pesquisa de mercado está em conformidade com as orientações descritas na página 399 da 5ª edição do manual "Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU" e com a Lei 14.133/2021. Esta abordagem garante a precisão e a transparência dos orçamentos, promovendo a conformidade das contratações com a legislação vigente e estimulando boas práticas de governança e gestão nas organizações públicas.

5.33. Em outro julgado congênere, a Egrégia Corte de Contas assim manifestou no Acórdão nº. 719 /2018 - TCU - Plenário:

"9.2.3. as regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, estão estabelecidos no Decreto 7.983/2013 – no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União –, bem como nos arts. 8º, §§ 3º, 4º e 5º, da Lei 12.462/2011, e 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016, ou seja, devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro);

9.2.4. os sistemas referenciais Sicro e Sinapi, utilizados para fundamentar o orçamento estimativo das contratações de obras e serviços de engenharia pelo Poder Público, consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra;

9.2.5. as disposições existentes na Instrução Normativa MPOG nº 02/2008, que foi revogada pela IN-Seges/MPDG 5/2017, são aplicáveis às contratações de serviços pela Administração Pública, não 1.197/2007 versando tais atos normativos sobre a contratação de obras públicas;"

5.34. Portanto, não é necessária a pesquisa de mercado, restando perfeitamente válido o uso de desconto linear incidente sobre toda a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos no art. 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Regime de Execução dos Serviços

5.35. Para a escolha do regime a ser adotado na presente contratação realizou-se também um levantamento dos regimes adotados nas 7 (sete) contratações similares já indicadas acima que foram consideradas neste estudo, onde demonstra que todas são por empreitada por preço unitário.

5.36. Logo, verifica-se que a opção da 2º RCG adotará o regime de empreitada por preço unitário, por mostra-se compatível com o regime que os demais órgãos da Administração Pública Federal tem adotado.

Percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI a ser adotado na contratação

5.37. Para as 7 (sete) contratações similares indicadas como referência na presente contratação, tem-se os seguintes valores de Benefício e Despesas Indiretas - BDI: 23,99%; 26,93%; 32,78%; 25%; 29,79%; 24,24% e 27,07%.

5.38. Dessa forma, na presente contratação, será adotado o regime não (sem) desoneração e o percentual máximo de 25% (vinte cinco por cento), pois trata-se da mediana dos BDIs pesquisados e um valor aproximado razoável e usual no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução de contratação apresentada neste estudo pretende viabilizar a contratação mediante registro de preços para contratação de serviços de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-RJ, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e os

artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

6.2. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de "serviços comuns de engenharia" constante na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, referente a "ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens".

6.3. Após o julgamento da proposta, a adjudicação do objeto e a homologação do resultado pela instância competente, a execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Dada a natureza da contratação em tela, prestação de serviços de engenharia, sob demanda, a serem executadas nas instalações do 2º RCG, com fornecimento de insumos diversos e mão de obra e executado no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-RJ, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

7.2. Apenas quando houver o acionamento por meio de ordem de serviço devidamente acompanhada da planilha orçamentária detalhando os custos das composições e insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, fundamentada em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente, é que se saberá os quantitativos.

7.3. A divisão do objeto a ser contratado embora viável tecnicamente para fins de definição das composições de custos dos itens da Tabela SINAPI, é desvantajosa sob a ótica econômica separar os diversos tipos de serviços de engenharia existentes, pois seria necessário dimensionar um quantitativo diferente para cada serviço em diferentes itens e diferentes descontos, tornando a fiscalização do contrato/serviço mais abrangente e imprecisa. Assim, optou-se por efetual a contratação em um único item de serviço que abrangerá todos os serviços comuns de engenharia.

7.4. A segregação entre serviços e materiais também acarretaria num incremento exponencial de gastos e representaria uma perda de escala para a Administração Pública, pois, teria que arcar com os custos de realizar a contratação de mão de obra terceirizada sempre que houvesse a necessidade de serviços de engenharia e, também, manter uma equipe de logística permanente para realizar certames de aquisição dos respectivos materiais necessários para a execução dos serviços demandados.

7.5. Cumpre destacar que a contratação baseada no maior desconto sobre uma determinada referência de preços, que no caso em tela é a tabela SINAPI, embora não possibilite a priori a especificação de um quantitativo, ela é vantajosa para a Administração Pública uma vez que evita o jogo de planilha, conforme posicionamento já explicitado pelo TCU na 5ª edição das Orientações e Jurisprudências do TCU – LICITAÇÕES E CONTRATOS, na página 170 que diz: "A principal vantagem do critério de julgamento pelo maior desconto é que ele evita o jogo de planilha e o jogo de cronograma. Além disso, proporciona celeridade ao processamento da licitação, pois torna mais simples as análises de exequibilidade e economicidade das propostas".

7.6. No caso de prorrogação da ata de registros de preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, como a contratação é baseada no critério maior desconto sobre tabela de preços SINAPI, considerando que haverá a possibilidade de renovação integral do valor da contratação, também deverá ocorrer a renovação integral do quantitativo, mesmo este sendo incerto pelos razões já apontadas acima. Ademais, frisa-se que a prorrogação somente será admitida desde que ocorra dentro do prazo de vigência e que seja comprovado o preço vantajoso para a Administração Pública. Também deverá existir a previsão orçamentária no Plano de Contratação Anual - PCA referente ao ano de 2026 segundo PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 943.500,00

8.1. O valor máximo da presente contratação foi dimensionado considerando a dependência com estrutura mais crítica (telhado do picadeiro do coberto), que através de relatório de vistoria elaborado por engenheiros do 5º Gpt E em apoio a esta Unidade, chegou a uma demanda de manutenção emergencial apontada abaixo:

11.4. REFORMA DO TELhado DO PICADEIRO COBERTO - O custo estimado do SERVIÇO para execução da reforma deste telhado é de: **R\$ 700.214,10 (Setecentos mil, duzentos e catorze reais e dez centavos).**

Cálculo do PREÇO FINAL DE REFORMA – PFR

Condições de contomo:

- 1- Obra: Reforma da Instalação de Treinamento/Competição Animal-Picadeiro-(RJ010181B0009)
- 2- Local: 2º RCG/1ª RM (São Cristóvão-Rio de Janeiro-RJ);
- 3- CUB: R-1A, desonerado;
- 4- Data: MAR 2025;
- 5- CUB: 2.301,96 R\$/m² (www.cub.org.br);
- 6- % FINP: 71,51% (Documento I);
- 7- FE: 1,000 (Documento III);
- 8- CR: 25,20%, obtido preenchendo-se a Tabela constante do Documento IV, considerando-se o percentual apenas de cobertura, serviços técnicos/administrativos e instalação elétrica.
- 9- Área Média Equivalente (AME): 703,79,00 m².

$PFR = CUB \times (1 + FINP) \times FE \times AME \times CR$

$PFR = 2.301,96 \times (1 + 71,51\%) \times 1,00 \times 703,79 \text{ m}^2 \times 25,20\% \sim \text{R\$ } 700.214,10$

PFR=	CUB	(1+FINP)	FE	AME	CR	TOTAL
PFR=	2301,96	71,51%	1	703,79	25,20%	R\$ 700.214,10

Fonte: Relatório de Vistoria Técnica Nº 045/2025 - RT/5º Gpt E

8.2. O valor acima foi dimensionado em Março de 2025, através de Custos Unitários Básicos de Construção (CUB/m²). Trazendo o custo atualizado para tabela de referência atualizada em Setembro de 205 (CUB R\$ 2.385,96), obtemos o valor de R\$ 725.765,36.

8.3. Além da área crítica informada com necessidade de manutenção, foi levada em consideração uma majoração de 30% do valor acima calculado, visando possibilitar manutenções futura e imprevisível nas outras áreas (aproximadamente 298.946,67m²) deste Regimento.

- CUB calculado x 30% = $725.765,36 \times 30\% = 943.494,96 \sim \text{logo} \sim \text{R\$ } 943.500,00$

8.4. O valor foi construído com base nas necessidades de adequações e revitalizações das áreas mais críticas da infraestrutura do 2º RCG. As demandas de intervenções (sejam elas qualitativas ou quantitativas) são constantes e imprevisíveis, devido a fatores intrínsecos à idade avançada das suas instalações.

8.5. Não será exigido percentual de desconto mínimo para fins de aceitabilidade da proposta, na presente contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação do objeto descrito nesse Estudo Técnico Preliminar deverá ser realizada em um único grupo/lote. A redução dos custos administrativos com várias licitações, bem como dos custos gerenciais de vários contratos, representa mais um ponto positivo desse novo modelo de contratação.

9.2 O agrupamento também proporciona maior possibilidade de negociação de preços, com a diminuição do valor estimado da licitação. Outras vantagens se relacionam com a absorção das tecnologias modernas e a eficiência dos equipamentos, a garantia da padronização dos serviços; e o gerenciamento da logística e fiscalização de forma centralizada.

9.3. Outro ponto relevante para a existência de um único grupo, está relacionado ao

gerenciamento de uma única empresa, além de ser mais vantajoso para a 2º RCG, também é relevante sob o aspecto da segurança e do canteiro de obras. É mais fácil e recomendável serem os empregados de uma mesma empresa que realizarão todos os serviços, ao invés de empregados de empresas distintas que seriam trocados constantemente, não comprometendo a segurança das instalações e materiais militares.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Até o momento não há contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência para esta Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente aquisição está associada ao DFD 55/2025 e 57/2025, está previsto no Plano de Contratações Anual 2025/2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000262/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025
- III) Id do item no PCA: 163
- IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA
- V) Identificador da Futura Contratação: 160270-55/2025 e 57/2025 está prevista no Plano de Contratação Anual.

12. Benefícios a serem alcançados / Resultados Pretendidos

12.1 Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

- a) Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos.
- b) Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.
- c) Garantir a boa execução dos serviços de apoio administrativo, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.
- d) Economicidade no gerenciamento do contrato de reparos e adaptações assim como economia por não ser necessária a contratação por licitação individual cada serviço.
- e) Dinamismo em relação aos serviços não previstos em contratos contínuos.
- f) Rapidez no atendimento a demanda dos serviços.
- g) Redução de riscos devido a interpretações distintas de um problema, pois somente haverá uma empresa envolvida na realização dos serviços.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para as providências para adequação do ambiente, a equipe de planejamento deverá observar as seguintes diretrizes específicas:

- 13.1.1. Deverá ser providenciado o Termo de Referência e demais documentações necessárias para o prosseguimento da licitação.
- 13.1.2. Elaborar e anexar o Mapa de Riscos ao processo de Contratação.
- 13.1.3. É recomendável a interação da equipe de planejamento com os

servidores a serem designados para a gestão e fiscalização com objetivo de auxiliar nos esclarecimentos e/ou dúvidas que possam advir do acompanhamento da execução contratual resultante do presente certame.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação em questão não tem potencial de causar impacto ambiental, contudo, a empresa contratada deverá adotar boas práticas no que diz respeito à sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos já informadas em tópicos anteriores.

14.2. Os impactos ambientais gerados por esta demanda não são superiores nem mais impactantes do que qualquer outra demanda de contratação de serviços de engenharia.

14.3. A empresa contratada vencedora deverá atender aos requisitos técnicos de sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos estipulados neste Estudo Técnico Preliminar, sob pena de aplicação das sanções contratuais e sem prejuízo às demais ações cabíveis junto aos órgãos responsáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade Após este estudo preliminar verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares dos servidores devido a regular a disponibilidade e confiabilidade dos ambientes e além, é claro, da preservação e manutenção do patrimônio público. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto que é uma contratação viável. A presente contratação está alinhada ao objetivo estratégico do Mapa Estratégico da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República e é necessária para as medidas de aperfeiçoamento dos serviços relacionados a sua infraestrutura física tanto dos prédios administrativos como residências oficiais da Presidência da República.

- Anexo: Mapa de Gestão de Risco

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Rio de Janeiro, RJ, 30 de outubro de 2025.

THIAGO SOUZA DOS SANTOS – 2º Ten

Chefe da equipe de planejamento
Encarregado do Setor de Material

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS - 3º Sgt
Membro da equipe de planejamento

BRENO DE OLIVEIRA DE ANDRADE - 3º Sgt
Membro da equipe de planejamento

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS:

- Aprovo o presente Estudo

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura eletrônica.

BRUNO RICARDO KURZ CLASEN - Ten Cel
Ordenador de Despesas do 2º RCG